

CRISES ECONÔMICAS DO SÉCULO XX E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS RELAÇÕES ENTRE PAÍSES

ECONOMIC CRISES OF THE 20TH CENTURY AND THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON RELATIONS BETWEEN COUNTRIES

Wellington Nune Marcondes

Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba, wellington.marcondes@fatec.sp.gov.br

Elisiane S. M. Garcia

Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba, elisiane.garcia2@fatec.sp.gov.br

DOI: 10.54628/issn2763-5600.v18.1.2024.222

Resumo

Este trabalho é resultado parcial da pesquisa acerca do impacto da Covid-19 nas relações internacionais. O estudo parte do levantamento bibliográfico de artigos relacionados à temática, de maneira a caracterizar as posturas governamentais no enfrentamento da pandemia. Seguindo a perspectiva de que o papel do Estado na economia é de suma importância para o desenvolvimento dos países, por meio de políticas econômicas sólidas voltadas ao crescimento e fortalecimento dos meios de produção. Desse modo, foi possível avaliar que a principal função do Estado, em última instância, é servir como um mediador durante os períodos de crise na economia, estimulando a volta do crescimento interno do país, por meio de investimentos massivos para a sua recuperação, de maneira a fomentar a geração de empregos e renda para a população. O caráter do trabalho desenvolvido é inteiramente teórico, abordando o retrato social do Brasil e de alguns países durante a crise pandêmica, sendo o procedimento empregado na realização desta denominada de pesquisa exploratória. Os resultados encontrados demonstram que as intervenções estatais não tiveram um papel somente no desenvolvimento do estado de bem-estar social durante a pandemia, mas também em uma retomada econômica gradual dos países que adotaram medidas de assertivas para o combate a propagação do vírus, no amparo e o progresso da nação. Portanto, o objetivo final deste trabalho acadêmico é fomentar uma análise teórica, embasada nas posturas governamentais e das políticas econômicas adotadas durante a pandemia. Além disso, busca-se oferecer uma compreensão do papel do Estado na economia e como suas intervenções podem influenciar a recuperação econômica, o emprego e a renda da população. Espera-se que os resultados encontrados neste estudo possam informar e orientar futuras pesquisas e auxiliar na formulação de políticas públicas efetivas para enfrentar crises semelhantes no futuro.

Palavras-Chave: Covid-19. Política. Economia.

Abstract

This work is a partial result of the research on the impact of Covid-19 on international relations. The study begins with a literature review of articles related to the topic, aiming to characterize governmental stances in addressing the pandemic. Following the perspective that the role of the State in the economy is of utmost importance for the development of countries through solid economic policies focused on growth and strengthening of production means. Thus, it was possible to evaluate that the ultimate function of the State is to serve as a mediator during periods of economic crisis, stimulating the return of internal growth through massive investments for recovery, thereby promoting

job creation and income generation for the population. The nature of the work is entirely theoretical, addressing the social landscape of Brazil and some countries during the pandemic crisis, employing an exploratory research approach. The findings demonstrate that state interventions played a role not only in the development of the welfare state during the pandemic but also in the gradual economic recovery of countries that adopted effective measures to combat the spread of the virus, ensuring the nation's support and progress. Therefore, the ultimate objective of this academic work is to foster a theoretical analysis, based on governmental stances and economic policies adopted during the pandemic. Additionally, it seeks to provide an understanding of the role of the State in the economy and how its interventions can influence economic recovery, employment, and income for the population. It is expected that the results found in this study can inform and guide future research and assist in the formulation of effective public policies to address similar crises in the future.

Keywords: Covid-19. Policy. Economy.

1 INTRODUÇÃO

A integração de um mercado global se tornou possível a partir do século XVI com o rompimento do isolamento dos Estados Nacionais (Pena, 2021). O comércio internacional interliga a economia das nações, sendo extremamente fundamental à balança comercial dos países, fomentando as importações e exportações em todo o mundo. Com a pandemia de COVID-19, o mercado internacional vem enfrentando a maior instabilidade econômica desde a grande depressão de 1929 e da maior recessão financeira mundial de 2008, que teve um recuo do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 0,1%. Como consequência, o impacto da pandemia foi responsável pelo recuo do PIB global em 3%, em 2020 (Cardoso, 2020).

As correntes econômicas possuem características específicas, definidas para cada país, período e modelos produtivos adotados. O poder das crises econômicas mundiais é extremamente forte, corroborando em mudanças brutais nas diferentes sociedades do mundo. Um exemplo disso, é a quebra da bolsa de valores em Nova York, em 1929, que levou o liberalismo, sendo até então o maior sistema econômico da época ao declínio, e por consequência incorporando uma nova corrente econômica, a keynesiana, cujo foco era uma intervenção direta e moderada do Estado no mercado, desenvolvendo sobretudo o estado de bem-estar social (Neves, 2020).

O principal ponto apresentado por John Maynard Keynes, é que uma política fiscal e monetária estruturada do Estado traria estímulos à própria economia, assim como foi apresentado durante o plano do New Deal, uma vez que, os investimentos do governo em infraestruturas básicas ou mesmo em cortes de impostos fomentariam a demanda, e desse modo, geraria empregos e o fortalecimento econômico (Krugman, 2020).

As políticas de priorização do privado ante ao público anteriormente à pandemia foram colocadas em xeque, principalmente no centro europeu, onde houve medidas de cunho “estatizantes” das indústrias estratégicas e a intervenção em centros de saúde privados (Hidalgo, 2020).

A crise pandêmica confirmou que o Estado não é indispensável no mercado econômico, sendo atribuído a esse o papel principal de agente de última instância, socorrendo as entidades privadas, fornecendo e financiando a saúde pública, pagando os salários dos trabalhadores afastados, além de socorrer as famílias mais vulneráveis (Velasco, 2020).

Com base nas informações previamente apresentadas, o presente trabalho tem como tema abordar as crises econômicas do século XX e os impactos da pandemia da covid-19 nas relações entre países, tendo para isso, o objetivo geral descrever o histórico das principais crises econômicas do século XX e os impactos da pandemia da Covid-19 nas relações entre países.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O enfrentamento das crises mundiais

Depressão de 1929: Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia dos Estados Unidos estava a pleno vapor, produzindo e exportando em abundância, principalmente aos países europeus que necessitavam das exportações estadunidenses para se recuperar da grande calamidade deixada após a guerra, porém os EUA não contavam com uma ágil recuperação das economias europeias, que já no final dos anos de 1920 diminuíram radicalmente as importações oriundas da América.

Nesse sentido, o mercado estadunidense não seguiu a lógica de diminuição da produção, e, uma vez que, não existia um mercado consumidor para absorver toda a produção, foram gerados grandes estoques de produtos ociosos. Diversas empresas possuíam ações na bolsa de valores de Nova Iorque, com milhares de investidores nas empresas de bens de consumo que aparentemente continuava a se desenvolver.

Em outubro de 1929, as ações passaram a se desvalorizar por conta da existência dos grandes estoques ociosos e a falta de um mercado para suprir esses bens, que acabou gerando um intenso pânico em meio à sociedade e fez com que os investidores precisassem vender as ações no mercado, corroborando em uma grande desvalorização dos títulos, levando muitas empresas a falência de um dia para o outro, e o desemprego para cerca de 30% dos trabalhadores estadunidenses.

A economia dos EUA em seus dias de prosperidade desenvolveu grandes ligações com diversos países, e conseqüentemente com a chegada da depressão de 29, esses países também se sentiram ligados à crise que se desenvolvia nos EUA. (Fiocruz, ([sd]).

A crise de 1929 também chegou no Brasil, pois os EUA eram o maior importador de café brasileiro, que até então era o principal motor de crescimento econômico do país. Com as exportações baixas, os preços caíram radicalmente, levando a gestão de Getúlio Vargas a comprar as quantidades excedentes do café e a queimá-lo, a fim de equilibrar os níveis de oferta e demanda, mantendo o preço padrão do café no mercado.

Esse fator modificou o cenário econômico brasileiro, desenvolvendo a industrialização, pois as intenções foram voltadas para o desenvolvimento das manufaturas, tirando o foco principal da cafeicultura. (Fiocruz, 2022)

O Brasil se mostrou como um dos países de tomada estratégica para o enfrentamento da crise, com uma rápida defesa da renda e do emprego no país, implantando alterações na política econômica e da intervenção estatal na economia, que traçou uma linha de industrialização moderna.

Para o enfrentamento da crise, o Brasil redesenhou a construção de um “Estado Novo”, com Getúlio Vargas no comando. Essas medidas envolviam o aumento do prazo das dívidas externas, o controle sobre a valorização e desvalorização da moeda, a criação de uma nova política envolvendo o comércio exterior e a questão tributária, além da reformulação das normas sociais, políticas e trabalhistas.

Desse modo, o Brasil presenciou, nos anos de 1930 a 1945, um avanço na industrialização do país, graças ao planejamento de uma política nacional de desenvolvimento. A instauração das medidas resguardadas ao desenvolvimento e industrialização do país representou uma elevação na taxa de crescimento industrial, no Produto Interno Bruto (PIB), no desenvolvimento da classe operária, na estrutura econômica e urbanização do país. (CNO, 2017)

Crise Financeira de 2008: Durante a década de 1990, houve um grande estímulo a expansão de crédito nos Estados Unidos, mas foi no ano de 2001 que esse estímulo foi intensificado, mantendo as taxas de juros baixas de modo a impulsionar o consumo na sociedade. Esse fator foi o ponto principal para o impulso sobre os financiamentos imobiliários, que levou a um crescimento na procura de habitações, elevando seus preços reais, posto que a demanda de clientes se mostrava mais alta que as ofertas de habitações, portanto, desenvolvendo uma especulação imobiliária.

Desta forma, o mercado de hipotecas cresceu rapidamente, tendo como foco o empréstimo a novas residências, mas mantendo como garantia o imóvel próprio de quem estava realizando o empréstimo, pois com a especulação, o valor dos imóveis se mostrava vantajoso aos bancos como uma garantia de parte dos custos (Jardim, 2013).

Com a alta procura pelos imóveis, diversos grupos internacionais, tendo em vista a grande valorização das hipotecas, passaram a comprar as dívidas hipotecárias, os “subprimes”, feitas pelos bancos e a negociá-las novamente no mercado financeiro.

Em meio à euforia dos preços dos imóveis, mais casas passaram a ser construídas e o mercado de crédito se expandiu para as famílias de baixa renda, que não possuíam uma certeza ou garantia efetiva de pagamento. Este aumento das habitações resultou em uma diminuição dos preços inflacionários gerados pela alta na demanda, levando a uma desvalorização dos preços.

Como consequência, essa desvalorização corroborou na grande explosão da bolha financeira de 2008, pois diversos bancos foram lesados com diversos prejuízos e calotes nos pagamentos das hipotecas, além das empresas que compraram as dívidas hipotecárias (Pena, 2021).

A crise financeira ocasionada pelos “subprimes” gerou um colapso em diversos mercados financeiros do mundo, que interligavam suas estruturas aos EUA, sendo comparável a maior crise do sistema capitalista, que foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. A crise financeira se alastrou globalmente para as economias internacionais, com diversos impactos nas estruturas macroeconômicas dos países (Oliveira; Vilela; Máximo, 2018).

No cenário brasileiro, os efeitos da bolha surgiram com a retração da atividade produtiva, com uma diminuição das ofertas de emprego, além da desvalorização do real e a diminuição significativa das exportações do país.

O governo brasileiro traçou medidas de planejamento e desenvolvimento antes da chegada da crise internacional no Brasil, sendo fundamental para o seu desenvolvimento em meio à crise. A principal medida governamental foi à valorização do mercado interno, aumentando o seu poder de compra, a fim de estimular o consumo, por meio do aumento do salário-mínimo e da redução de impostos, principalmente no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O remanejamento dos prazos de pagamentos foi uma das principais medidas que contribuíram para a manutenção econômica do Brasil durante a crise de 2008.

Além disso, o governo federal de 2008 desenvolveu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a agregação de investimentos públicos na sociedade, como um meio de acelerar o crescimento econômico. Outro fator importante foi à diminuição das cargas tributárias impostas sobre as empresas, com o intuito de manter os níveis normais de emprego.

Diante do cenário de crise, o governo brasileiro passou a impor medidas nos âmbitos fiscais, monetários, creditícia e cambiais, para conter as quedas no mercado financeiro e reestabelecer novas linhas de crédito, com o foco em não diminuir as produções agrícolas e industriais no país.

No plano internacional, o Brasil conseguiu aumentar suas exportações, pois houve uma diminuição no valor das commodities, levando a um aumento no consumo. Dentre outras medidas para barrar o avanço da crise, a gestão federal fez o consentimento de um volume maior de crédito aos setores mais afetados pela crise financeira, como o automobilístico e os pequenos e médios empreendedores.

No ano de 2009, com um agravamento acentuado da crise, o governo, realizou uma redução na taxa Selic, o que corroborou na volta do crescimento econômico (Maahs, 2014).

Pandemia de Covid-19: A pandemia do novo coronavírus, se iniciou a partir da transmissão do vírus SARS-CoV-2 aos seres humanos, responsável pela síndrome respiratória aguda grave. O vírus foi observado pela primeira vez em dezembro de 2019, na província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que se tratava de uma emergência de saúde pública de importância internacional (epidemia).

Essa decisão teve como foco uma coordenação mundial para interromper a propagação do vírus. Já, em março de 2020, a Covid-19, foi caracterizada como uma emergência mundial (pandemia), reconhecendo, portanto, que a proporção geográfica do vírus já havia atingido diversos países e regiões de todo o globo (OPAS, 2021).

Para conter o avanço do vírus e a alta demanda sobre os sistemas de saúde, diversas nações passaram a fechar suas fronteiras e adotar medidas para o controle do vírus, como a suspensão de todas as atividades não essenciais, o uso obrigatório de máscaras, a imposição de toques de recolhimento, decretos de lockdowns e até fechamento de fronteiras, limitando a circulação de pessoas em uma determinada área (BBC, 2021).

A pandemia corroborou impactos não só na ordem biomédica, mas em uma escala social, econômica, política e cultural. Essa rápida propagação do vírus retardou o

desenvolvimento de praticamente todas as economias, trazendo a certeza de uma grave recessão futura.

No ápice da crise sanitária ficou evidente que os desejos individuais não devem sobrepor as necessidades coletivas, pois a sensação de segurança na sociedade e o controle epidemiológico só podem ser alcançados mediante as ações coletivas.

Ela expôs principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade, muitas vezes sem amparo algum pelo Estado (Fiocruz, 2021). Outro fator preponderante ao enfrentamento da pandemia se volta aos grupos mais vulneráveis socialmente, historicamente os mais desamparados pelo Estado, que sem condições se depararam durante o epicentro da pandemia com a difícil escolha de seguir com as suas atividades de subsistência e serem infectados com o vírus ou tomar um distanciamento social e se deparar com as duras adversidades econômicas impostas pela pandemia.

A crise sanitária, não só ceifou a vida de milhões de pessoas como também trouxe crises econômicas a diversas nações e agravou o cenário de desigualdade em um nível mundial.

Assim, o papel central dos Estados e de seus governantes, foi o de desenvolver uma coordenação para o enfrentamento da crise, mas, além disso, trazer formas de atenuar as consequências sociais e amparar principalmente os grupos indefesos da nação. Não obstante, e de demasiada importância ao enfrentamento da pandemia, foi a própria posição dos governantes na aceitação dos argumentos cientificamente comprovados, direcionando a população através de sua influência ao combate da propagação da enfermidade, liderando e reconhecendo as consequências que a sua posição abrangia em escala (inter) nacional (Couto; Barbieri; Mato, 2021).

Na pandemia, os EUA e a Inglaterra desenvolveram uma verdadeira postura de “economia de guerra”, assumindo o vírus como um precursor de eventos realmente semelhantes a uma guerra, pressionando empresas privadas a produzir bens de saúde pública e injetando massivamente capital nos âmbitos sociais. A gestão da França também assumiu uma postura voltada ao estado de bem-estar social, enquanto na Dinamarca o governo estabeleceu um acordo com as empresas do setor privado para não demitirem os funcionários, arcando com 75% dos salários dos trabalhadores. Já na Espanha foi abordado um plano de amparo como uma defesa social, além de estatizar diversos hospitais privados e requerer ao uso comum os estabelecimentos farmacêuticos.

As medidas vistas na pandemia refletem uma abordagem de maior amparo dos governos a sociedade (Marques, 2020). No Estado brasileiro, os efeitos da pandemia foram avassaladores. Em novembro de 2021, o país registrou a marca de 600 mil mortes associadas ao vírus, e um total de 21.909.298 milhões de pessoas infectadas desde o início do surto do vírus (Valente, 2021). As ações tomadas pela gestão brasileira, no período pandêmico, contribuíram para que esse quadro se tornasse propício, tanto em medidas contrapostas do próprio governo central para mitigar a transmissão do vírus, quanto a influência do comportamento dos cidadãos pelos agentes públicos, que muitas vezes com discursos e ações anulavam os riscos associados à Covid-19.

Tais fatores representaram uma dimensão muito grande, afetando as próprias instituições científicas do país, além diminuir os meios de propagação do vírus, com a divulgação de opiniões conspiratórias e antivacinais (Couto; Barbieri; Mato, 2021; Oliveira; Pires, 2021). Essas ações foram apuradas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que procurou trazer os dados concretos das atitudes governamentais e de algumas instituições privadas no país durante o epicentro da pandemia, sendo constatado que no período de um ano ocorreram 305 mil mortes acima do esperado no país, e pelo atraso na compra das vacinas foram geradas em torno de 95,5 mil e 145 mil mortes (BRASIL, 2021). Na CPI, o Senado afirma:

“ [...] O governo federal desestimulou a população a adotar medidas não farmacológicas para evitar a infecção pelo vírus. O Presidente da República repetidamente incentivou a população a não seguir a política de distanciamento social, opôs-se de maneira reiterada ao uso de máscaras, convocou, promoveu e participou de aglomerações e procurou desqualificar as vacinas contra a covid-19. Essa estratégia, na verdade atrelada à ideia de que o contágio natural induziria a imunidade coletiva, visava exclusivamente à retomada das atividades econômicas. As consequências dessa estratégia macabra foram mensuradas pela ciência. Se medidas não farmacológicas tivessem sido aplicadas de forma sistemática no País, poderiam ter reduzido os níveis de transmissão da covid-19 em cerca de 40%, o que significa que 120 mil vidas poderiam ter sido salvas até o final de março de 2021” (Senado Federal, p. 1167, 2021).

Já no meio econômico, em 2020, o governo federal propôs medidas para reestimar a economia, oferecendo novas regras aos bancos para o fornecimento de empréstimos maiores as empresas, com a intervenção do banco central nos mercados de câmbio, no desenvolvimento de um programa de incentivo às famílias mais vulneráveis, decretado como um pacote emergencial no valor de R\$ 295,2 bilhões, além de propor um programa de

medidas para evitar uma demissão em massa dos trabalhadores, suspendendo o seu contrato e salário por um determinado período (Brasil, 2021).

O Papel da OMS: A Organização Mundial da Saúde (OMS) teve um papel fundamental durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, desde o monitoramento da situação global da doença, classificação geral dos riscos aos países, e na coordenação de esforços para combater a disseminação do vírus.

Os esforços iniciais da OMS se voltaram ao monitoramento e atualizações constantes sobre a disseminação da COVID-19 em todo o mundo. A OMS iniciou uma coordenação de esforços globais para combater a pandemia, trabalhando em conjunto com governos, organizações de saúde, cientistas de modo a compreender a estrutura, ação e reação do vírus no corpo humano, para melhor combatê-lo.

Desse modo, a organização forneceu diretrizes, recomendações e informações transparentes em ajuda aos governos a responder à pandemia, incluindo medidas de prevenção, controle de infecções, diagnóstico e tratamento da COVID-19. Além disso, trabalhou para garantir o acesso a suprimentos médicos, incluindo equipamentos de proteção individual, testes de diagnósticos e ventiladores, para países em todo o mundo.

No mais, a OMS desempenhou um papel de extrema importância no desenvolvimento de vacinas contra o vírus, fornecendo orientações sobre os requisitos de segurança e de eficácia para as empresas farmacêuticas, assim como facilitou a distribuição equitativa de vacinas em todo o mundo.

No entanto, a pandemia levou a uma intensa competição entre países pelo poder de aquisição das vacinas. As acusações contra a China foram amplamente difundidas, com os EUA e alguns sugerindo que o país poderia ter interesse em propagar a doença no mundo.

Tais suposições aumentaram as tensões nas relações internacionais, com muitos países questionando o papel da China na pandemia e tomando medidas para reduzir a sua dependência de suprimentos médicos chineses.

As tensões políticas e econômicas também afetaram as relações internacionais nas vendas e doações de vacinas, com alguns países rotulando as vacinas chinesas de forma negativa. Além disso, alguns países, como os Estados Unidos e a União Europeia, tomaram medidas para garantir que os bens de saúde básica, como máscaras, luvas e as vacinas fossem distribuídas prioritariamente para seus próprios cidadãos, excluindo as necessidades dos demais Estados nacionais, gerando críticas de países em desenvolvimento, que argumentaram que essas ações perpetuam a desigualdade global e agravavam a crise.

Em resposta a tais ações e em solidariedade, de modo a fortalecer as relações internacionais, vários países e organizações internacionais, como a OMS e a COVAX, se mobilizaram para fornecer vacinas aos países em desenvolvimento. Concomitantemente a isso, alguns países fabricantes de vacinas, como a China e a Rússia, também passaram a doar e vender suas próprias vacinas para países em todo o mundo, especialmente aqueles com poucos recursos para desenvolver suas próprias vacinas (Agência Brasil, 2022; Coêlho 2020; Bradley, 2020; OMS, 2021; ONU, 2021).

2.2 Impactos da Covid-19 nas relações econômicas entre países

Enfrentamento da Pandemia nos Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos: De acordo com Cardoso (2020), os impactos da Covid-19 são esperados nas principais economias mundiais, que compõem o antigo centro imperialista como: União Europeia, Reino Unido, Japão e os Estados Unidos. No entanto, não somente as grandes economias tiveram impactos negativos em seu PIB, mas principalmente as economias emergentes, e, nelas, as crises se tornam ramificadas e desenvolvem características específicas como: a) choques sanitários, corroborado pela baixa infraestrutura dos sistemas de saúde para atender a alta demanda de pacientes de covid-19; b) choques econômicos radicais, desenvolvido pelos fechamentos de fronteiras e quedas nas demandas de consumo internas e externas; c) queda brusca nos preços das commodities, e por fim; choque cambial, favorecido principalmente pela crescente inflação mundial.

A previsão estimada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) é um aumento exponencial da fome na África Subsaariana e um aumento nas desigualdades entre os países, seja nos níveis de concentração de renda, na educação, no acesso digital e de habitação.

Na crise sanitária de 2020-2021, diferentemente das anteriores que possuíam intervalos específicos (em média de 2-3 anos) para a ruptura do sistema vigente, não trouxe um intervalo de acontecimentos em anos, mas sim de semanas.

No primeiro mês da pandemia os níveis de demanda agregada – consumo, circulação de capital e exportações – obtiveram uma queda acentuada, não observada em nenhuma das crises anteriores do sistema capitalista. A pobreza estimulada pela atual crise sanitária também trouxe uma insegurança quanto aos níveis normais de emprego, tendo um pior contraste para a classe operária (Cardoso, 2020).

Segundo o autor, as políticas neoliberais ao longo dos anos fizeram a transferência, em partes, da crise instituída no centro do sistema capitalista para as periferias, desconstruindo as

já precárias políticas públicas à população, como os sistemas públicos de saúde e educação. Porém, com a pandemia, os países com um maior poder no mundo se mobilizaram e alocaram maiores quantidades de recursos para o enfrentamento da pandemia em seus territórios.

A Alemanha, por exemplo, com o 4.º maior PIB mundial, colocou à disposição 35% do seu PIB total ao combate às crises advindas da pandemia. Os EUA, por outro lado, aprovaram o maior plano econômico da sua história para o enfrentamento à pandemia (cerca de dois trilhões de dólares), prevendo um investimento altíssimo nas empresas e na própria população com base em auxílios, para estimular a circulação de bens de consumo.

A União Europeia dispôs de um pacote econômico para o auxílio aos países membros, empresas e trabalhadores durante a pandemia, com um valor estimado em 500 bilhões de Euros. E por fim, vale destacar o governo britânico, que desenvolveu um pacote de estímulos para o enfrentamento dos efeitos pandêmicos em mais de 418 bilhões de libras, usados para a garantia efetiva dos pagamentos de salários, a suspensão da arrecadação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), ajuda para locatários de imóveis etc.

Os principais pontos considerados nessas economias foi o auxílio às empresas, com concessões de investimentos e empréstimos, além de apoio de modo a atenuar as demissões em massa, o pagamento dos salários e a geração do bem-estar social na população. Algumas medidas, inclusive, se deram pela apropriação estatal de meios privados durante o epicentro da pandemia.

Na Espanha, o governo determinou que as autoridades de saúde estatais assumissem o controle total dos hospitais privados para o atendimento aos pacientes, além de dispor dos laboratórios de testes e de itens essenciais ao combate do vírus.

No entanto, para os países subdesenvolvidos a realidade se mostrou totalmente diferente das adotadas pelos grandes governos centrais do mundo. A covid-19 não só afetou, mas como ainda vem afetando fortemente os países mais pobres e vulneráveis, colocando em xeque as longas décadas de conquistas no quesito de diminuição da desigualdade social e dos ganhos democráticos envolvendo os direitos sociais.

Segundo a estimativa do banco mundial, em 2020, na pandemia, cerca de 119 milhões de pessoas foram introduzidas à faixa da pobreza. Os dados apontam para uma tendência no aumento da extrema pobreza nos países subdesenvolvidos e de pequeno porte, afetados tanto pela pandemia quanto por eventos adversos como guerras e eventos climáticos (Nishio, 2021).

Conforme a organização não governamental, Oxfam Brasil (2022), a crise pandêmica combinada com a guerra na Ucrânia pode deixar até 263 milhões de pessoas ao redor do

mundo na faixa da extrema pobreza até o final de 2022, o que representaria praticamente um total 860 milhões de pessoas vivendo em situações precárias, isto é, com menos do necessário para a sua subsistência.

O aumento da inflação global também acelerou a elevação de preços dos produtos de consumo básico, principalmente os alimentos, trazendo uma maior insegurança alimentar às famílias, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, de quatro domicílios com crianças, em pelo menos um não há refeições por um ou mais dias, colocando em situação crítica o seu pleno desenvolvimento (Unicef, 2020).

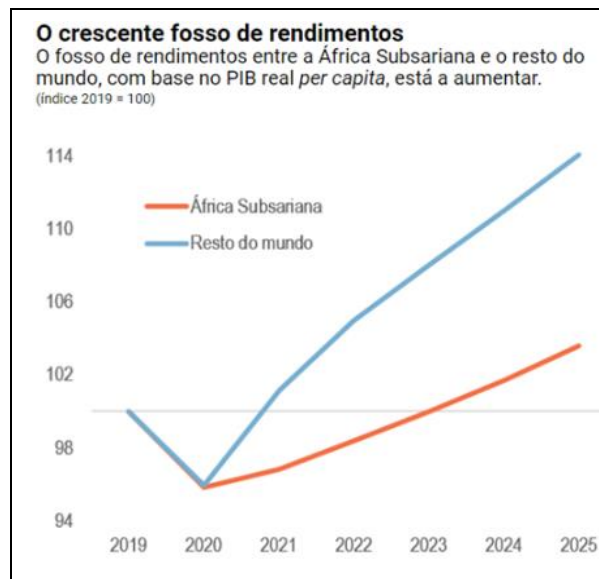
A dura realidade de mobilização de recursos para o combate à calamidade nos países mais carentes ainda é uma problemática, pois, além da questão do vírus, lidam com problemáticas relacionadas a questões sociais e monetárias.

Na África Subsaariana, por exemplo, além da demora do acesso à vacinação, a população tem que lidar com um baixo rendimento de crescimento quando comparado aos desenvolvidos, alavancando ainda mais as desigualdades e divergência de padrões estruturais entre os países, o que, conseqüentemente, criará um maior abismo entre as realidades (Selassie; Hakobyan, 2021). Como é observado:

O impacto da pandemia sobre as famílias africanas pode, também, ser considerável. A combinação de aumento do desemprego – 20 milhões de empregos formais estariam ameaçados; de retração das atividades informais, de aumento dos gastos em saúde, de inflação etc. ameaça os grupos sociais mais vulneráveis. Por sua parte, a desorganização dos circuitos de distribuição dos produtos agrícolas e o aumento dos custos de transação provocado pelas restrições à circulação podem agravar a insegurança alimentar nas regiões mais pobres (em particular no Sahel) e entre os segmentos mais frágeis da população. (Monié, 2020 p. 17).

Na Figura 1, é possível visualizar o grande fosso de rendimentos entre a África Subsaariana e o restante do mundo. Pelas estimativas do FMI, as desigualdades entre as realidades se tornarão maior com o passar dos anos. Pela estimativa, o abismo de rendimentos poderá ser observado até meados de 2025 caso não haja medidas assertivas para o combate a realidade ilustrada.

Figura 1. Diferença rendimentos entre a África Subsaariana e o restante do mundo.



Fonte: Selassie e Hakobyan, (2021).

Os países que já se encontravam fragilizados, com a pandemia, viram uma piora radical dos seus indicadores de desenvolvimento. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida dos países ao redor do globo, deve diminuir pela primeira vez em mais 30 anos.

Isto representará uma queda em diversos parâmetros principalmente nas áreas de educação, saúde e de igualdade de gênero (PODER360, 2020), agravando a situação dos Estados Nacionais já que se encontravam em situações precárias, como, por exemplo, é o caso de Bangladesh, onde milhares de pessoas já viviam em situação de miséria total, e, as mulheres conviviam constantemente violências contra sua integridade física e moral.

Outro exemplo de país que já vivia e uma situação difícil anteriormente a crise pandêmica é o Iêmen, que ainda passa por uma terrível guerra civil, a qual já destruiu a maioria da infraestrutura básica do país.

Aspectos Positivos e Negativos de Desenvolvimento Durante a Pandemia: Mesmo em meio aos diversos desafios que a pandemia de COVID-19 impôs mundialmente, houve alguns aspectos tanto negativos como positivos que surgiram como resultado direto ou indireto da pandemia. Entretanto, é de suma importância frisar que a pandemia trouxe em uma quantidade substancial diversos efeitos negativos, significativos e duradouros em diversos

países do globo, e desse modo, ainda há o enfrentamento das consequências geradas em diversas nações (Veiga, 2020).

No entanto, os indicadores se alternaram mediante às ações e posturas governamentais frente à pandemia, como, por exemplo, a diminuição de mortes e transmissões, o aumento do bem-estar social, por meio de políticas públicas durante a pandemia.

O Instituto Lowy avaliou e definiu métricas e indicadores que avaliaram a reação de noventa e oito países para o combate e amenização dos efeitos gerados. Os indicadores são listados em: número de casos confirmados; número de mortes pelo vírus; número de testes realizados para o diagnóstico; número de recuperações da Covid-19; o grau da resposta de saúde pública do país (rapidez e eficácia das medidas de saúde pública); a resposta econômica do país (medidas econômicas tomadas para mitigar os econômicos dos impactos da pandemia).

Os 98 países receberam uma pontuação com base em sua resposta em cada um desses critérios, com um peso maior dado aos critérios de saúde pública e econômicos. A Tabela 1 lista os países que obtiveram as melhores e piores pontuações no indicador (Lowy Institute, 2021; BBC, 2021).

Ainda, segundo a BBC (2021), os indicadores revelam um contraste entre os países que tiveram melhor e o pior desempenho.

Em geral, a má gestão da pandemia é associada a líderes que minimizaram a gravidade da crise, rejeitam as evidências científicas, tomam medidas tardias ou ineficazes e falham em coordenar a resposta (inter) nacional ao avanço do vírus.

Tabela 1: Classificação das Gestões Públicas durante a pandemia.

PAÍS	PONTUAÇÃO
Nova Zelândia	94,4
Vietnã	90,8
Taiwan	86,4
Tailândia	84,2
Ruanda	83,2
Inglaterra	72,9
Estados Unidos	67,5
Irã	65,3
Colômbia	64,7
México	60,8
Brasil	27,7

Fonte: Adaptado de BBC, (2021).

De acordo com Camargo (2021), o nível de desenvolvimento econômico ou o sistema político do país não teve tanto impacto sobre os resultados quanto a confiança dos cidadãos em seus líderes e a competência do Estado em lidar com a crise.

Nesse aspecto, o Brasil, por exemplo, minimizou a gravidade do coronavírus, demitiu dois ministros da Saúde, defendeu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada e duvidou da importância do uso de máscaras e distanciamento social.

Em contrapartida, a Nova Zelândia obteve o melhor desempenho nas pesquisas quanto à gestão da pandemia devido a rápida imposição de medidas rígidas de isolamento social por sua primeira-ministra. O país fechou suas fronteiras em 15 de março de 2020, quando havia apenas 100 casos confirmados da doença e nenhum óbito.

O sucesso do país na gestão da pandemia serviu como modelo para outros países. No entanto, é importante salientar que, assim como as demais gestões mundiais, o governo brasileiro procurou meios para mitigar e enfrentar a crise sanitária, mesmo que algumas dessas ações não fizessem parte da avaliação dos indicadores do relatório, algumas das principais ações podem ser observadas na Tabela 2.

Tabela 2: Classificação das Gestões Públicas durante a pandemia.

Dados	Valores
Transferências fundo a fundo aos Estados, Municípios e ao DF	R\$ 113,4 bilhões
Valor específico para o enfrentamento da Covid-19	R\$ 33,2 bilhões
Investimento em leitos de UTI autorizados em 2021	R\$ 1,1 bilhão
Equipamentos de Proteção Individual distribuídos	357,8 milhões
Ventiladores pulmonares disponibilizados pelo Minist. da Saúde	16.966
Doses de vacinas contratadas para vacinação voluntária	562 milhões
Oxigênio hospitalar enviado em estado gasoso	38,8 mil m ³
Oxigênio hospitalar enviado em estado líquido	1,2 milhão de m ³
Crédito extraordinário para vacinação	R\$ 20 bilhões (MP 1015/2020)
Auxílio Emergencial pago para brasileiros em vulnerabilidade	67,9 milhões
Serviços públicos federais digitalizados durante a pandemia	Quase 700
Empregos preservados por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	10 milhões
Empresas que receberam crédito do Pronampe	Mais de 500 mil
Investimento em crédito para empresas de pequeno e médio porte	Mais de R\$ 92 bilhões
Brasileiros repatriados de 107 países	Mais de 27,5 mil

Fonte: Brasil, (2021).

Relações Entre os Países Latino-americanos: Segundo Marques (2020), a pandemia demonstrou a fragilização dos governos neoliberais que vieram ganhando destaque nas últimas 5 décadas, explorando ao máximo a privatização de todos os meios de produção e serviços da sociedade.

A primeira reivindicação séria da população a governos inteiramente aptos somente a visão liberal ocorreu no Chile, em 2019, após anos seguidos de um verdadeiro desamparo social do estado à população, desde a ascensão, por um golpe de estado, de Augusto Pinochet. Fatos como esse representam sempre um discurso neoliberal seguido por choques, sejam naturais, criados ou percebidos, que não geram ganhos a nação:

Desdemocratizar o Estado, destruir os serviços públicos, privatizar o bem comum, desregulamentar as finanças, reduzir as proteções trabalhistas, encolher a rede de proteção social, degradar a capacidade de ação coletiva social seja pela sabotagem ao planejamento público seja pelo ataque às organizações da classe trabalhadora e sua capacidade de barganha coletiva. Mais dinheiro para os de cima, menos direitos para os de baixo. É esse receituário que resume as “reformas estruturantes” e as políticas de choque neoliberal. (Marques, 2020).

No entanto, é em meio a essas políticas inteiramente liberais de privação do acesso aos serviços essenciais que vieram a emergir nos últimos anos o sentimento nas sociedades de reformular as antigas políticas e trazer novamente um maior pensamento da social-democracia:

Renda básica universal, nacionalização sob controle democrático de amplos setores da economia, expansão do sistema de saúde público, reversão dos cortes nos serviços sociais, perdão das dívidas (em especial médica e estudantil) das famílias, controle de aluguel, segurança alimentar, fim do trabalho precarizado e retorno da negociação coletiva, e, crucialmente, abandono das políticas de austeridade em favor do aumento dos investimentos públicos para criar empregos sindicalizados, reverter a crise ambiental e ampliar a oferta de bens comuns. (Marques, 2020)

Um dos principais movimentos da sociedade em prol a melhorias relacionadas ao bem-estar, ocorreu no Chile que, de acordo com a Rádio Pública Francesa (RFI, 2019), anteriormente à pandemia permanecia como um país ideal para os moldes do neoliberal, com uma maior estabilidade e crescimento que seus vizinhos.

Porém concomitante com as manifestações de 2019, ficou clara uma insatisfação popular quanto ao estilo de vida e modelo adotado no país. O país que vinha com ótimos indicadores macroeconômicos também levava crédito em piores indicadores sociais, sobretudo em desigualdade social.

O governo chileno, desde Pinochet, vinha abordando uma postura de privatizações em massa, especialmente em serviços básicos da população, como saúde, transporte e educação, cujas características se moldaram em um cenário em que os problemas estruturais se acumulavam desde a ditadura.

Nesse aspecto, segundo Fábio Borges (2019), as reivindicações da América Latina ainda têm um grande percurso rumo a políticas públicas ligadas ao bem-estar social da população.

Na Europa, já houve uma etapa de construção do Estado de bem-estar social: em algum momento, eles atacaram os problemas de desigualdades, viabilizaram os direitos trabalhistas, à saúde e a infraestruturas. Na América Latina, nós nunca passamos dessa primeira etapa. (Borges, 2019. Informação verbal)

As manifestações em 2019, representaram um levante popular não somente no Chile, mas em diversos países, como: Haiti, Bolívia, Itália, Sudão, Iraque, Equador, Egito, França, Líbano e Irã.

Todas as manifestações pleiteavam tanto melhorias de políticas internas como qualidade de vida, por meio de maiores investimentos aos sistemas públicos, uma queda nas altas tributações e inflação, além da geração de emprego e renda (Senra, 2014).

Segundo Fisher (2022), as manifestações populares já se consolidaram de uma forma tão poderosa que nem o mais forte autocrata pode sobreviver a ela. No entanto, embora os movimentos sociais sejam poderosos, eles nem sempre conseguem alcançar todos os resultados esperados, marcando uma perda de força democrática das nações.

As revoltas populares ocorridas no Haiti, Indonésia, Rússia, China, e até mesmo no Canadá e nos Estados Unidos não alcançaram os resultados esperados. Isso se deve a maiores repressões dos Estados, definindo os atos como ilegais, censurando com propagandas nacionalistas e estimulando uma certa desinformação na população. Além disso, cisões de interesse dentro da sociedade podem favorecer os governos a taxarem os movimentos como rebeldes ou como um grupo minoritário de interesses.

Na cartilha que o banco mundial desenvolveu como estratégia de proteção social e do trabalho (2012-2022), está descrita propostas estabelecidas no desenvolvimento, mas também no amparo e fortalecimento do sentimento de bem-estar social.

Os empregos produtivos constituem o principal alicerce do desenvolvimento econômico e social, sendo necessário um desenvolvimento próspero do setor privado para a

geração de empregos e renda, porém para isso são necessárias reformas voltadas às falhas do mercado e do próprio governo, que inibem a demanda de mão de obra.

Um crescimento econômico tange a necessidade de instrumentos básicos para obtê-la, como políticas sólidas envolvendo o fluxo básico da produção de renda (empresa-família), e planejamentos nas diferentes esferas para gerar crescimento e satisfação na sociedade (World Bank, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo é predominantemente teórica e baseada em uma abordagem exploratória. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura sobre os impactos da Covid-19 nas relações internacionais e no contexto brasileiro. Para isso, foram consultadas fontes secundárias, como artigos científicos e teses disponíveis em bases de dados eletrônicas, além de sites de notícias e governamentais.

Conforme mencionado por Gil (2008), a abordagem exploratória é empregada para proporcionar familiaridade com a temática e explorar os conceitos de forma mais detalhada. Dessa forma, reconhecendo a complexidade do tema, a pesquisa buscou compreender as crises econômicas do século XX e os impactos da pandemia da Covid-19 nas relações entre países, bem como traçar um breve retrato social brasileiro durante a pandemia.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar a percepção dos impactos da covid-19 no cenário internacional. Em síntese, durante praticamente toda a história do desenvolvimento econômico moderno, as correntes que imperam no mundo foram as de cunho liberal e neoliberal, com um olhar voltado para a meritocracia e progresso das instituições privadas em contraposição ao setor público, excluindo qualquer papel dos governos no desenvolvimento e progresso dos países e da sua funcionalidade na melhora dos indicadores sociais.

Desse modo, ao longo do tempo os países passaram a crer no pleno desenvolvimento do livre mercado de quaisquer interferências do setor público, regido por uma mão invisível e inquestionável. Todavia, o mercado por si só é frágil, corroborando em grandes crises internas dentro do sistema capitalista como as ocorridas em 1929 e de 2008, o que, por consequência, alavanca uma queda nos indicadores macroeconômicos e sociais das nações ao redor do mundo.

A pesquisa se desenvolveu inteiramente com o caráter teórico afim de obter um maior acervo para o cumprimento dos objetivos estipulados. Dessa forma foi possível assumir quais foram os principais efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 no comércio internacional e como ele afetou as relações de mercado, com um pequeno destaque ao cenário brasileiro.

As principais mudanças trazidas pela pandemia se mesclaram entre positivas e negativas. Ficou evidente que a desigualdade social aumentou tanto no Brasil como em diversas partes do globo, mas, além disso, trouxe também uma diminuição dos ganhos obtidos pelos países, em especial os emergentes, quanto a diminuição da concentração de renda, garantias básicas a população e crescimento do IDH.

Em contrapartida, também foi possível notar uma maior atenção e mobilização dos Estados (em parte) para o combate a propagação do vírus, amparo a população nos principais momentos de disseminação da doença, e uma retomada conjunta dos meios de produção.

No mais, no decorrer do trabalho também foram explanadas as peculiaridades das economias mediante as crises mundiais aos impactos durante a pandemia de Covid-19.

Foi possível observar que a participação do Estado na economia não é um fardo como apresentado por diversos críticos neoliberais, com o predominante discurso desenvolvido para criticar qualquer interferência estatal na economia, como um agente que retarda o crescimento econômico e desenvolvimento social.

O seu papel é extremamente o oposto, sendo ele um caminho para o desenvolvimento social e econômico, com políticas fiscais e monetárias sólidas voltadas ao crescimento econômico e fortalecimento dos meios de produção, principalmente servindo como um mediador durante períodos de crises extremas, isto é, desenvolvendo em última instância a volta do crescimento interno do país por meio de investimentos massivos, e, por consequência, fomentando a geração de empregos.

Conclui-se, por fim, que muitos governos mundiais mudaram sua postura mediante a crise pandêmica, assumindo uma postura de amparo a sociedade e as instituições privadas. Nela, a questão desenvolvimento e amparo à sociedade se tornou mais amplo que a definição de interferência, principalmente nas economias mais liberais da atualidade, reunindo recursos e mobilizando-os para reestimar o crescimento e o desenvolvimento social, que foram arduamente impactados pela covid-19.

Desse modo, as intervenções estatais não tiveram um papel somente no desenvolvimento do estado de bem-estar social, mas também na retomada econômica dos países, pois desempenharam o papel de estímulo da demanda agregada e um aumento nas

receitas das empresas privadas, não se preocupando inicialmente em equacionar os déficits gerados, mas sim na recuperação econômica e social. O tema, apesar de explorado ao longo dos últimos anos, ainda necessita de novos estudos, contextualizados academicamente, nas esferas econômicas sociais.

AGRADECIMENTOS

Ao Centro Paula Souza pelo apoio à pesquisa. Ao Comitê de Pesquisa Científica e Tecnológica da Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba pelo suporte no desenvolvimento do trabalho. E à revista Jahu pela oportunidade de divulgação do trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **OMS: origem da Covid-19 em acidente de laboratório deve ser apurada.** (2022). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-06/oms-origem-da-covid-19-em-acidente-de-laboratorio-deve-ser-apurada>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BBC News Brasil. **O que se sabe sobre a variante Delta do coronavírus.** (2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55870630>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BORGES, F. Depoimento [Out. 2019]. RFI. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. CARTA CAPITAL, 2022.

BRADLEY, J. **Na busca por insumos médicos contra coronavírus, países ricos empurram os mais pobres para fora do mercado.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/na-busca-por-insumos-medicos-contracoronavirus-paises-ricos-empurram-os-mais-pobres-para-fora-do-mercado-24362129>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Confira as principais ações do governo federal para minimizar os impactos causados pela Covid-19.** Publicado em 05/04/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/confira-as-principais-acoes-do-governo-federal-para-minimizar-os-impactos-causados-pela-covid-19>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045.** Publicado em: 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.** Disponível em: <https://portal.unicap.br/documents/475032/0/relatoriofinal.pdf/4031eaf3-6393-561e-7138-890253a8721b?t=1634841772613>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CAMARGO, S. **Em ranking global, Brasil aparece como pior país na gestão da pandemia.** Conexão Planeta. (2021). Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/em-ranking-global-brasil-aparece-como-pior-pais-na-gestao-da-pandemia/#fechar>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CANO, W. **Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento.** (2017). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/JZyZWYyYqzS5Tm7n5NR8kQhH/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** (2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FwKt39SvPW36Thr993KRrfF/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARDOSO, J. Á. L. **A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”.** (2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bWTFzHLMb4jdnzQqMSctTtN/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2021.

COELHO, D. B. **O papel da Organização Mundial da Saúde no combate ao coronavírus.** Notícias UnB. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/artigos-main/4092-o-papel-da-organizacao-mundial-da-saude-no-combate-ao-coronavirus#:~:text=O%20principal%20objetivo%20C3%A9%20implementar,%C3%A0%20disseminar%20a%20da%20Covid%2D19>. Acesso em: 18 abr. 2023.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A.; MATO, C. C. S. A. **Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina.** (2021). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rQFs3PMLgZprt3hkJMyS8mN>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FIOCRUZ - ESCOLA POLITÉCNICA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Crise de 1929.** ([sd]). Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/crise-de-1929>. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** (2022). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FISHER, M. **Tendência de fracasso de protestos populares é a maior desde os anos 1930.** The New York Times. (2022). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/10/tendencia-de-fracasso-de-protestos-populares-e-a-maior-desde-os-anos-1930.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Dois terços dos domicílios com crianças perderam renda durante a pandemia.** (2020). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-tercos-dos-domicilios-com-criancas-perderam-renda-durante-pandemia>. Acesso em: 10 jun. 2022.

HIDALGO, D. C. **Keynes contra o coronavírus.** (2020). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597415-keynes-contra-o-coronavirus-artigo-de-daniel-castillo-hidalgo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JARDIM, M. C. **A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão.** Dados, v. 56, n. 4, p. 1001-1034, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/JzXHM5DrwkjbWtQXYHjq7dQ/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2021.

KRUGMAN, P. **What Is Keynesian Economics? Definition, History, and Real-World Examples of Keynesian Economics.** Masterclass, 08 nov. 2020. Disponível em: <https://www.masterclass.com/articles/what-is-keynesian-economics-definition-history-and-real-world-examples-of-keynesian-economics#what-is-classical-economics>. Acesso em: 06 jul. 2022.

LOWY INSTITUTE. **Índice de Resposta ao Coronavírus: avaliando o desempenho dos governos.** (2021) Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/embed/region/>. Acessado em: 18 abr. 2023.

MAAHS, F. **A crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e no Brasil.** (2014). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38232/MONOGRAFIA30-2014-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARQUES, V. **Do keynesianismo de coronavírus à antiguerra permanente.** Autonomia Literária, (2020). Disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br/do-keynesianismo-de-coronavirus-a-antiguerra-permanente/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MONIÉ, F. **A África subsaariana diante da pandemia de Coronavírus/COVID-19: difusão espacial, impactos e desafios.** Espaço e Economia, v. 18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoconomia/13629>. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoconomia.13629>. Acesso em: 15 nov. 2022.

NEVES, F. P. **A Grande Depressão Americana: exposição dos discursos divergentes sobre a crise que abalou o século XX.** Mundo Livre: revista de estudos de fronteira, v. 9, n. 16, p. 39-54, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/40063/27407>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NISHIO, A. **COVID-19 is hitting poor countries the hardest. Here's how World Bank's IDA is stepping up support.** Voices: perspectives on development, (2021). Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/voices/covid-19-hitting-poor-countries-hardest-heres-how-world-banks-ida-stepping-support>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, K.; VILELA, P. R.; MÁXIMO, W. **Marco de crise global, quebra do Lehman Brothers completa 10 anos.** (2018). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/marco-de-crise-global-quebra-do-lehman-brothers-completa-10-anos>. Acesso em: 15 nov. de 2021.

OLIVEIRA, N.; PIRES, Y. **Falta de normas claras e de ações coordenadas para distanciamento social prejudica combate à covid.** (2021). Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/04/falta-de-normas-claras-e-de-aco-es-coordenadas-para-distanciamento-social-prejudica-combate-a-covid>. Acesso em: 06 jun. 2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guterres pede solidariedade global para superar a crise da Covid-19**. Notícias ONU, (2021). Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/04/1747072>. Acesso em: 18 abr. 2023. Acessado em: 18 abr. 2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **OMS faz apelo a países desenvolvidos para que doem vacinas. Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/126919-oms-faz-apelo-pa%C3%ADses-desenvolvidos-para-que-doem-vacinas>. Acesso em: 18 abr. 2023.

OXFAM BRASIL. **O impacto da Covid-19 no Líbano, Síria, Iêmen e Bangladesh**. (2021). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/o-impacto-da-covid-19-no-libano-siria-iemen-e-bangladesh/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Mais 263 milhões de pessoas podem cair na extrema pobreza em 2022, alerta novo relatório Oxfam**. (2022). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-263-milhoes-de-pessoas-podem-cair-na-extrema-pobreza-em-2022-alerta-novo-relatorio-oxfam/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PENA, R. F. A. **Crise financeira global**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/crise-financeira-global.htm>. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. **Fases da Globalização**. (2021). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/fases-globalizacao.htm>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PODER360. **Pandemia pode derrubar IDH mundial pela 1ª vez em 30 anos**. (2020). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/pandemia-pode-derrubar-idh-mundial-pela-1a-vez-em-30-anos/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RFI - RÁDIO PÚBLICA FRANCESA. **Privatizações sufocaram poder de compra dos chilenos**. (2019). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/privatizacoes-sufocaram-poder-de-compra-dos-chilenos/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SELASSIE, A. A.; HAKOBYAN, S. **Seis gráficos ilustram o desafio que a África Subsariana enfrenta**. IMF Blog, (2021). Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2021/04/12/na041521-six-charts-show-the-challenges-faced-by-sub-saharan-africa>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SENRA, R. **Desigualdade, corrupção e liberdade: o que houve em 14 países atingidos por protestos em 2019**. BBC News Brasil. (2019). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50928765>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VALENTE, J. **Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia**. Agência Brasil, (2021). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-pandemia>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VEIGA, J. E. RÁDIO USP. **Os efeitos colaterais negativos e positivos da pandemia de coronavírus**. Jornal da USP, (2020). Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/os-efeitos-colaterais-negativos-e-positivos-da-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

VELASCO, A. **O coronavírus nos tornou todos keynesianos novamente?** (2020). Disponível em: <https://exame.com/colunistas/visao-global/o-coronavirus-nos-tornou-todos-keynesianos-novamente/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

WORLD BANK. **Estratégia de Proteção Social e Trabalho do Banco Mundial para 2012-22**. Washington, DC. (2012). Disponível em: http://web.worldbank.org/archive/website01536/WEB/IMAGES/SPL_ST-4.PDF. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Perspectivas Econômicas Globais**. Washington, DC. (2020). Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável**. Notícias do Banco Mundial. (2022). Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 20 jun. 2022.

"O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor(es)."